

Miguel Troitiño e o seu interesse pelas diferentes experiências de planeamento e gestão dos centros históricos – um exemplo (o exemplo de Évora).

Maria Manuela Oliveira

Geógrafa (Coimbra 1970)
Ex-Presidente da Câmara Municipal de Portel.

Aposentada da Câmara Municipal de Évora, onde foi Chefe de diversos Serviços, nomeadamente do Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura.

" ...
*Ya se nos fueron todos los puros.
Por eso...
aunque nos llore
precisamente,
ahora, más que nunca...
tendremos que ser puros.*"

José Antonio Muñoz.



Nem eu própria imaginei a tremenda dificuldade de escrever um pequeno texto para um monográfico de homenagem a Miguel Troitiño. Não consigo que as palavras saiam de dentro do coração; estão lá encaixadas sob a forma de sentimentos. Tenho, contudo, a responsabilidade de responder ao convite que me foi generosamente endereçado.

Miguel Troitiño foi um ser de excepção. Não vou aqui teorizar sobre as suas qualidades de Geógrafo, de Professor, de Cidadão. Os seus pares o farão com muita competência. Aqui sou apenas a voz embargada de uma geógrafa que com ele partilhou algumas mesas e temas.

Conheci-o em Cuenca, em 1997, por ocasião de um Curso de Verão organizado pela Universidade de Castilla-la-Mancha. Fiz uma intervenção sobre o Plano Estratégico da Cidade de Évora, do qual Miguel Troitiño tinha ouvido falar, e por isso convidou o Município, que, por sua vez, delegou em mim aquela tarefa.

Eu era uma simples geógrafa de província, obstinada em gerir da melhor maneira os serviços municipais que me foram entregues pelo Município de Évora. Participar na elaboração de planos e promover a gestão dos recursos eram o meu “campo de batalha” diário.

Por isso, fiquei muito surpreendida quando, depois de Cuenca, Miguel Troitiño me convidou, ou sugeriu o meu nome, para diversas iniciativas em Espanha sobre cidades, território e património.

Fizemos alguns debates sobre instrumentos e processos de planeamento e gestão urbana e, muito especialmente de centros históricos. Esse era o nosso local de encontro mais frequente.

Miguel Troitiño escreveu um artigo primordial em 2003 (*LA PROTECCIÓN, RECUPERACIÓN Y REVITALIZACIÓN FUNCIONAL DE LOS CENTROS HISTÓRICOS, - Ciudades, arquitecturas y espacio urbano publicado na Coleccion Mediterráneo*), que muitos de nós consideramos a Bíblia do pensamento sobre teoria e prática da problemática dos centros históricos. Naquele artigo está tudo, por isso é tão difícil ensaiar qualquer novidade.

Volto, contudo, ao que nos uniu. A minha experiência como geógrafa, e sobretudo como Directora do Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora, realmente interessava a Miguel Troitiño. Por isso, vou escrever umas linhas sobre alguns instrumentos de planeamento adequados à aplicação nos centros históricos. Não é uma tese. É apenas o resultado de uma curta sistematização de uma experiência.

a) O planeamento urbanístico está bem definido na legislação portuguesa. Importa que se elaborem os planos com o respeito pelos seus próprios princípios (e, sobretudo, se cumpram).

Mesmo neste processo de planeamento urbanístico, é necessária uma grande coerência de todos os níveis de planeamento, a partir do nacional até ao supramunicipal, mas também com planos sectoriais. O plano director municipal é, talvez, no sistema jurídico português, o documento mais importante. É o plano de nível concelhio que enquadra toda a actuação municipal (mas também a privada).

Por seu turno, o plano de urbanização de um aglomerado, neste caso da cidade, é outra peça essencial, muito mais detalhada, e que incorpora, de maneira mais normativa as preocupações de salvaguarda e reabilitação dos valores históricos e patrimoniais.

b) Aplicam-se também, como ferramentas de gestão, os planos municipais sectoriais como os de mobilidade, de protecção civil, por exemplo, que, na sua elaboração e gestão devem ser devidamente compatibilizados com os outros instrumentos.

c) Na minha opinião, no conjunto dos guiões de gestão territorial, económica e social da cidade, um plano estratégico assume papel muito relevante. É neste patamar que se define o perfil desejável para a cidade, nas suas diversas componentes, ou seja, um projecto de cidade.

Desde logo, porque deve ser elaborado pela maioria dos agentes da cidade – económicos, sociais, culturais, de defesa do património, escolares, de saúde, sindicais, municipais, entre outros, reunidos num “Gabinete da Cidade”. Assim, tenderá a ser um instrumento/guião para todos esses agentes e não apenas para o município. Orientando as acções para a mesma ideia de cidade, criando sinergias, pode ser uma ferramenta aglutinadora e desempenhar

um papel relevante no desenvolvimento das cidades.

d) Por outro lado, os conjuntos de valor patrimonial, histórico e/ou monumental, não podem deixar de ser objecto de regulamento mais pormenorizado, sob a forma de capítulo próprio no plano de urbanização ou de um plano de salvaguarda.

É um instrumento delicado, porque deve ser baseado em muitos levantamentos e estudos sobre os valores patrimoniais em presença, mas também porque deve ter em conta as necessidades de revitalização da cidade e, por isso, a flexibilidade mínima para integrar as exigências da criação de funcionalidades necessárias ao bom desempenho da cidade.

É uma peça de difícil elaboração, que incorporará rigor nas questões essenciais, na salvaguarda dos valores de edifícios e conjuntos, mas que não pode obstaculizar as intervenções importantes que visam melhorar ou criar condições de atractibilidade para residentes e utilizadores.

São exigidos rigorosos inventários de valores patrimoniais, funcionais e sociais, assim como cartas de sensibilidade, para alcançar o desiderato dessa peça fundamental de gestão, nomeadamente para os centros históricos.

e) Finalmente, e porque há limitações de espaço, referirei os planos de gestão dos centros históricos, que são, em Portugal, de responsabilidade municipal.

A UNESCO preconiza a sua elaboração, provavelmente para observar o "comportamento" de um bem classificado. Não tem regras de enquadramento, portanto, cada entidade gestora do bem cria o documento como entender.

Em Portugal, no final da década de 2010, houve articulação entre alguns municípios para o estabelecimento de princípios mínimos.

Gostaria de me espriar sobre este que foi o meu último trabalho no Município de Évora, em 2009 (como o fiz na Conferência de Granada), mas não há essa possibilidade. Ficamos com um esboço.

Algo poderá ser dito.

O Plano de Gestão do Centro Histórico de Évora, Património Mundial, contém um capítulo primeiro dedicado ao estado do conhecimento actualizado sobre o centro (território, património edificado, diagnóstico sobre o estado de conservação e caracterização social e funcional, etc.).

Na segunda parte são analisados os antecedentes em matéria de planeamento e gestão, (evolução das políticas de gestão, transformação e intervenção) e depois elaborado um diagnóstico do bem classificado.

O ponto 3 contém uma introdução ao plano propriamente dito – os princípios, os objectivos gerais e específicos e ainda as bases para a intervenção e gestão.

Finalmente, no capítulo 4 são inventariados 9 Programas Sectoriais, por sua vez, desdobrados em objectivos específicos e acções:

- Programa 1 – Preservação e valorização do edificado (44 acções);
- Programa 2 – Habitação (18 acções)
- Programa 3 – Ambiente urbano (13 acções)
- Programa 4 – Modernização de infraestruturas (6 acções)
- Programa 5 – Sistema de mobilidade (16 acções)
- Programa 6 – Desenvolvimento e coesão social (7 acções)
- Programa 7 – Actividades de base económica (22 acções)
- Programa 8 – As artes e os equipamentos culturais (16 acções)
- Programa 9 – A Universidade de Évora no Centro Histórico (2 acções)

Para efeitos de tradução espacial de muitos dos programas e acções, o centro histórico é dividido 6 unidades operativas de reabilitação e para cada uma delas são territorializadas as acções possíveis, nomeadamente, necessidades de reabilitação do edificado, habitação e equipamentos sociais (educação, desporto, terceira idade, infância).

Quem ler este plano, percebe que há diferente desenvolvimento dos objectivos e acções dentro de cada programa, porque foi elaborado num curto prazo de tempo.

Embora fosse aberto à participação de outras entidades, as acções municipais constituem a grande maioria, dada a forma como foi elaborado.

Não teve força de lei ou regulamento, portanto não era vinculativo para nenhuma entidade ou serviço.

Contudo, constituiu um exercício muito interessante de visão integrada de um território complexo que é o centro histórico.

Aprovado pela UNESCO (suspeito que haveria apenas a preocupação de verificar o estado do bem e de avaliar as intenções sobre a sua salvaguarda e valorização), não foi submetido a apreciação externa ao município, não foi publicado, não foi divulgado. Ficou quase como um retrato de um momento.

Estes e outros relatos da minha experiência como gestora, eram o motivo de atenção de Miguel Troitiño. Aqui fica um pouco desse caminho, pobre e falho de citações, de referências e de um mínimo de enquadramento teórico, apenas um respeito à memória de Miguel.

Volto a Miguel Troitiño. Era um mágico e a sua magia tinha o condão especial de transformar em simples e compreensíveis todas as coisas complicadas, desde os problemas urbanos aos problemas da sociedade em geral.

E enchia as conversas com a paleta de cores de Cuenca e de todas as cidades espanholas que estudou e amou, desde Vitoria a Granada, desde Badajoz a Barcelona.

Por isso era um prazer ouvi-lo.

Era um sedutor, porque era sábio. Era sábio com o coração.

Era o mestre de uma Geografia clássica no sentido em que nenhuma especialidade

ficava fora da sua análise profunda. E colocou o Homem como o fim último de toda a investigação e intervenção. Um Humanista no sentido mais profundo do termo. Ele esteve sempre no sítio onde



habita a verdade.

Para mim, foi uma bênção, porque fui cimentando a amizade e a admiração por ele.

Em Portugal foi muito considerado por Geógrafos, Arquitectos e Urbanistas; as suas obras são estudadas em todas as Universidades.

Foi uma honra ter sido sua amiga.

Partilhar a mesa de uma conferência com Miguel Troitiño e, de seguida, partilhar a mesa de uma esplanada ou restaurante, com um vinho e umas tapas, falando de tudo e de nada, constituiu um conjunto de vivências que recordo com mais ternura na minha vida.

Por isso me foi tão doloroso saber que partira. Uma dor tão intensa que não consigo descrever.

Para sempre ficarei com o seu sorriso luminoso.